



X RIO – MUNICÍPIO

Conceituação de Suas Carências e Potencialidades

HISTÓRICO

Quem quer que procure examinar detidamente a história político-administrativa da Cidade do Rio de Janeiro, seja como sede do Trono, Município Neutro, seja como Distrito Federal, posteriormente Estado da Guanabara e agora novamente Município, chegará à conclusão de que talvez nenhum outro núcleo urbano da Federação tenha dado mais de si em termos socio-econômico-culturais. A tal ponto essa influência, ou doação, se fez presente ao longo da história do Brasil-Colônia, Vice-Reinado, Reino Unido, Império e República que a imagem projetada pelo Brasil, interna ou externamente, sempre se identificou com a imagem da Cidade do Rio de Janeiro.

Um dos grandes centros comerciais, industriais, científicos, artísticos e literários do mundo, não se pode dizer, sem temeridade, que a Cidade do Rio de Janeiro tenha recebido da Federação um tratamento à altura de sua importância. Daí o afirmar-se que o Rio sempre deu mais do que recebeu.

O processo da Fusão há de corrigir essa evidência histórica dando, pela integração como Capital do grande Estado e maior polo da Região Metropolitana do Grande Rio, o comando do progresso homogêneo em toda a setoriação desenvolvimentista.

A presença do Governo Federal na cidade do Rio de Janeiro e sua industrialização facilitaram o desenvolvimento acentuado do setor terciário, basicamente concentrado na Metrópole.

Em seu processo evolutivo, a ampliação do terciário deu-lhe proeminência como atividade econômica e fator de inovação.

O desenvolvimento dos serviços da cidade de Rio de Janeiro, consubstanciou-se, nas últimas décadas, no aparecimento de toda uma gama de serviços de hierarquia superior, como os de consultoria técnica, publicidade e propaganda, instituições financeiras mais avançadas, surgidas, sobretudo, em função do processo geral de desenvolvimento econômico que, crescentemente, exigiu determinados tipos de serviços, configurando importante segmento, que pode ser entendido como um setor quaternário de atividade.

Tudo isto impõe um planejamento a curto, médio e longo prazo de obras e serviços, fazendo com que cotidianamente a cidade rejuvenesça e cresça para a comodidade de sua população. A Secretaria de Obras do Município tem a seu cargo desde providências de urgência e imediatas à execução de obras de grande porte. O Plano Urbanístico do Rio — PUB-RIO vai conduzir as grandes obras e serviços da Administração Marcos Tamoyo, que tem no Secretário do Município, Engenheiro Orlando Feliciano Leão, o seu executor.



Marcos Tamoyo, o Primeiro Prefeito do Rio-Município

A implantação do Gabinete do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro ocorreu imediatamente após a promulgação do Decreto-Lei nº 2, de 15 de março de 1975. Em princípio esse Gabinete incumbiu-se, sob a responsabilidade direta do Prefeito Municipal, das providências atinentes à efetiva implantação de sua estrutura administrativa, promovendo o desdobramento de sua estrutura básica. Tal objetivo julgado fundamental, portanto dele dependeria a efetiva assunção, pelo Município do Rio de Janeiro, da responsabilidade de executar e administrar os serviços de sua competência, foi logo alcançado com a edição do Decreto nº 2, de 2 de maio de 1975, dispondo sobre a competência e a estrutura orgânica do Gabinete do Prefeito.

Vencida essa primeira etapa, restava, ainda, aquela pertinente à instalação e localização propriamente dita do Gabinete do Prefeito. Várias tentativas foram levadas a efeito, iniciando-se com a da possibilidade de aproveitamento do prédio ocupado, na Praça XV de Novembro, pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Os resultados foram infrutíferos, tendo-se, finalmente, decidido pela compra da antiga residência do Embaixador da Inglaterra, situada na rua São Clemente, nº 360.

Tratando-se de um núcleo que projeta e ao mesmo tempo centraliza as atividades emanadas das diretrizes, do ordenamento e da coordenação de toda a ação governamental do Município, o Gabinete do Prefeito exigiu uma estruturação orgânica cuidadosamente elaborada, pois os parâmetros condicionantes de sua elaboração não podiam oferecer melhores projeções quanto ao futuro comportamento do sistema, submetido que seria a transformações de natureza imprevista, dada a magnitude do processo de fusão dos Estados antes existentes.

Faz-se mister, contudo, acentuar o trabalho desenvolvido no sentido de adaptar, dentro da política governamental traçada, à estrutura administrativa do Gabinete do Prefeito, a antiga Coordenação do Sistema de Administração Local, abrangendo um complexo administrativo onde se inseriam 24 Regiões Administrativas.

Outro empreendimento de destaque foi o da absorção das atividades relacionadas com o Bem-Estar Social, em partes antes enfeixadas na Secretaria de Serviço Social do antigo Estado da Guanabara. Criou-se uma Coordenação do Bem-Estar Social em cada uma das 24 Regiões Administrativas.

A par dessa implantação, a ação desenvolvida pelo Gabinete do Prefeito tem sido muito intensa e intimamente relacionada com o programa de trabalho das diversas Secretarias Municipais. E essa linha de ação, pela própria qualificação e atribuições cometidas ao Gabinete do Prefeito, se impõe como sendo aquela julgada a mais adequada.

Entre as atividades eminentemente políticas empreendidas pelo Gabinete do Prefeito, merecem ênfase as relações de perfeito entrosamento com as autoridades dos poderes públicos federais e estaduais, e, ainda com personalidades estrangeiras. Foi cultivada em alto nível a sua condição de elo da ligação Estado-Município, levando ao Governador do Estado importantes proposições de interesse público, como a isenção tributária à indústria cinematográfica nacional instalada no Município e a extensão de incentivos fiscais à hotelaria.

Será de sua competência, também, coordenar e supervisionar as iniciativas das Secretarias Municipais quanto à elaboração de projetos-de-lei a serem enviados ao Poder Legislativo, representado pela Câmara dos Vereadores, bem como da Mensagem anual do Prefeito.

AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO E AÇÃO DE 1975/77

O primeiro orçamento do Município do Rio de Janeiro, abrangendo o período de 15 de março a 31 de dezembro de 1975, foi preparado pelo Grupo de Trabalho da Fusão, que definiu igualmente os encargos que a Municipalidade — em primeira aproximação — deveria assumir, e que seriam atendidos através de receitas exclusivamente municipais.

O período teórico de trabalho de 8 meses, em 1975, na realidade reduziu-se a quatro meses e meio, pois a Prefeitura, àquela época sem estrutura completa, somente pôde assumir algumas de suas atribuições a partir do mês de junho, e as demais de julho em diante. E apesar desta defasagem, o exercício foi encerrado apresentando no balanço final um *déficit* de Cr\$ 333 milhões, com uma receita efetiva de Cr\$ 2.079 milhões.

Esse *déficit* foi coberto com cerca de 50% por transferências do Estado a fundo perdido, e os outros 50% por empréstimo também concedido pelo Estado, e cuja liquidação foi programada a partir de 1976.

Cumpra ainda acentuar que, ao encerrar o seu primeiro exercício, o Município já tinha contraído outros empréstimos que totalizavam Cr\$ 558,6 milhões, além de negociar uma operação de crédito da ordem de Cr\$ 41,6 milhões, assim distribuídos:

Aquisição da Sede da Municipalidade	Cr\$ 45,0 milhões
Urbanização da Cidade Nova	Cr\$ 300,0 milhões
Plano Viário e Plano de Pavimentação de Logradouros Públicos	Cr\$ 73,6 milhões
Construção de 18 escolas e 7 Centros Escolares	Cr\$ 140,0 milhões
Levantamento Aerofotogramétrico	Cr\$ 41,6 milhões

O resultado do Exercício de 1975, em função de orçamento e encargos definidos pelo Grupo de Trabalho da Fusão, deve ser considerado um bom resultado, à luz da complexidade da operação que o Grupo de Trabalho teve que enfrentar, e solucionar, em poucos meses de árduo planejamento.

A partir de julho de 1975, a recém criada Prefeitura passou a elaborar por si mesma, e pela primeira vez, o seu orçamento. E neste ponto cumpre ressaltar que o funcionalismo municipal, altamente categorizado, em sua quase totalidade recrutado do extinto Estado da Guanabara, traz consigo larga experiência de Administração, e conhece bem, não só os seus problemas e necessidades, como os elevados padrões de oferta de obras e serviços, aos quais se habituaram os cidadãos do Rio.

O orçamento de 1976 tornou evidente o desequilíbrio entre a receita e a despesa mínimas, necessárias ao atendimento da infra-estrutura do Rio de Janeiro, no que concerne a serviços municipais: uma despesa de Cr\$ 1,1 bilhão *acima* da receita prevista, que era aproximadamente de Cr\$ 3 bilhões.

A isto se explica, porque a Cidade do Rio de Janeiro, sempre desenvolveu características marcantes. Ao mesmo tempo em que se impunha à História, por suas realizações e exemplos, pela sua criatividade, por sua participação opinativa, afastou-se o Rio de Janeiro de uma organização administrativa tipicamente municipal, incapaz de abranger as potencialidades desenvolvidas pela Cidade, como Capital da Colônia, do Reino, do Império e da República; por sua condição de Cidade-Estado; por seus legados à cultura do País, suas virtudes de receber e convi-

Rio-Município

ver, criar e contribuir, que acabaram por projetá-la no exterior como imagem do País.

Tais circunstâncias que importam em marcante qualidade de vida ao longo de um processo histórico determinaram compreensivelmente a hipertrofia das atividades e serviços propriamente municipais; em confronto com as atividades e serviços estaduais, sendo fato de todos conhecido ser o Rio de Janeiro a Cidade mais bem equipada do País quanto aos serviços urbanos.

A criação do Estado da Guanabara, em 1960, foi acima de tudo uma excepcional solução de imaginação para, dentro da legislação em vigor, dotar o nosso espaço urbano, de recursos municipais e estaduais, concomitantemente.

Ora, no extinto Estado da Guanabara, os órgãos que executavam serviços de natureza tipicamente municipal, eram custeados por uma receita oriunda da arrecadação conjunta de tributos estaduais e municipais, e sem que fosse levada em conta a natureza do serviço prestado. O procedimento interno, se subsidiar atividades municipais — com recursos federais, quando Distrito Federal, e com recursos estaduais quando Estado da Guanabara — sem dúvida agravou-se sensivelmente com as reformas introduzidas no sistema tributário, a partir de 1966, e que causaram grande impacto sobre as finanças de todos os Municípios do País — exceto na Cidade do Rio de Janeiro — onde, na ocasião, se confundiam as competências estaduais e municipais.

Assim, com a transferência desses serviços ao novo Município, em 1975, restringindo-se o seu custeio à receita exclusivamente Municipal — descontinuando-se a suplementação anterior — é fácil compreender-se o desequilíbrio surgido, embora reduzido ao mínimo indispensável a manter a mesma qualidade de atendimento à vida dos habitantes do Rio de Janeiro.

O Prefeito Marcos Tamoyo, ao encaminhar à Assembléia Legislativa Estadual, através do Excelentíssimo Senhor Governador Floriano Faria Lima, a Mensagem com a proposta orçamentária para 1976, em 31 de agosto de 1975, destacou o seguinte:

"Pelo acima exposto pode-se verificar que não haveria recursos municipais disponíveis para a execução de uma série de investimentos indispensáveis a que a Cidade pudesse manter em níveis aceitáveis, o atendimento à crescente demanda de serviços públicos".

"Assim, considerada a importância, destacamos do corpo do orçamento, e a seguir relacionamos, aplicações a serem realizadas com recursos provenientes do Governo Estadual e Federal, e que constituem o mínimo necessário para que venha a se equilibrar o volume de investimentos, com o aumento da demanda de serviços, procurando-se pelo menos, manter a mesma qualidade de atendimento que a Cidade recebia quando Estado da Guanabara".

"A obtenção de recursos através de endividamento do Município seria a solução menos aconselhável, tendo em vista não só os compromissos já assumidos; como, também, pelo fato de que, a médio prazo, o Município teria uma série ainda maior de despesas obrigatórias, sem perspectiva de melhora acentuada na receita que viesse a dar cobertura a estas despesas".

Infelizmente não foi possível a transferência ao Município de recursos a fundo perdido, e desta forma não houve outra alternativa senão obter receita através de endividamento, o que foi reivindicado a partir de 29 de setembro de 1975, a fim de, basicamente, viabilizar o denominado "Plano Paralelo", com a realização de obras e investimentos mínimos, visando estritamente não comprometer a qualidade de vida dos Cariocas, após a Fusão. É indispensável observar que, sem outra opção, o procedimento é perfeitamente válido, quando se trata de tornar executáveis projetos e programas prioritários, indispensáveis à preservação e auto-afirmação da Cidade.

Como até aquela época o Município já havia assumido, ou negociado, dívidas no total de Cr\$ 600,2 milhões, ao pretender mais Cr\$ 1,1 bilhão foi ultrapassado o limite de endividamento determinado pela Resolução nº 62/75, do Senado Federal. Por essa razão, o Banco Central, em 23.3.1976, autorizou apenas a parcela de Cr\$ 200 milhões, operada pela Caixa Econômica Federal, ficando os restantes Cr\$ 900 milhões a serem autorizados após exame da Presidência da República, do Conselho Monetário, e do Senado Federal, providências que vieram a se consumar, de forma favorável, com a Resolução nº 23/76, do Senado da República.

Esse endividamento proporcionou condições para que o Município equilibrasse o orçamento de 1976, cumprindo salientar que os empréstimos contraídos até esta data observaram sempre rigorosa escala de prioridades, conforme demonstra-se adiante.

QUADRO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

Posição em 31.12.76

Em Cr\$ 1.000,00

CREDOR	FINALIDADE DA OPERAÇÃO	DATA DA CONTRAT.	VALOR DA OPERAÇÃO	TAXA DE JUROS
Banco do Brasil S.A. (FDU)	Aquisição da Sede da Municipalidade	18.06.75	45.000	10% a.a
Banco do Brasil S.A. (FDU)	Execução de parte do Plano Diretor de Renovação Urbana da Cidade Nova.	09.07.75	300.000	10% a.a
Banco do Brasil S.A. (FDU)	Sistema Viário Botafogo Avenida Brasil e Plano de Pavimentação de Logradouros Públicos.	03.10.75	73.600	10% a.a
Banco do Estado da Guanabara (repas. BNH)	Construção de 18 Escolas e 7 Centros Interestaduais	19.01.76	(986.220 UPC) 131.503	7% a.a
Banco do Brasil S.A. (repas. BNH)	Levantamento Aerofotogramétrico	09.02.76	(312.209 UPC) 41.630	4% a.a
Caixa Econômica Federal	Programa de Ação Imediata - PAI - SAQUE IMEDIATO	10.05.76	200,00	8% a.a
Banco do Estado da Guanabara (repas. BNH)	Participação no capital da CIA DO METROPOLITANO DO RIO de Janeiro - METRO	03.06.76	200,00	9% a.a
Caixa Econômica Federal	Programa de Ação Imediata - PAI - SAQUE COMPLEMENTAR	05.07.76	611.200	8% a.a

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

QUADRO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

CREDOR	FINALIDADE DA OPERAÇÃO	CARENÇIA (MESES)	PRAZOS AMORT. (MESES)	AMORTIZAÇÕES DATA DA N.º DE AMORT.	SALDO DEVEDOR	Em Cr.\$ 1.000	
						31-12-75	31-12-76
Banco do Brasil S. A. (FDU)	Aquisição da Sede da Municipalidade	12	60	01.10.76	20 trimest.	47.382	67.312
Banco do Brasil S.A. (FDU)	Execução de parte do plano de Renovação Urbana da Cidade Nova.	24	72	01.10.77	24 trimest.	30.647	201.545
Banco do Brasil S.A. (FDU)	Sistema Viário Botafogo Av. Brasil e Plano de Pavimentação de Logradouros Públicos.	18	84	01.04.77	28 trimest.	35.079	82.319
Banco do Estado da Guanabara (repas. BNH)	Construção de 18 Escolas e 7 Centros Interescolares	19	216	02.09.77	216 mensais	-	123.354
Banco do Brasil S. A. (repas. BNH)	Levantamento Aerofotogramétrico	28	120	01.07.78	120 mensais	-	33.329
Caixa Econômica Federal	Prog. de Ação Imediata - PAI-SAQUE IMEDIATO	24	72	30.06.78	24 trimest.	-	124.214
Banco do Estado da Guanabara (repas. BNH)	Participação no Capital da CIA. DO METROPO-LITANO - RJ - METRÔ	36	216	02.07.79	216 mensais	-	238.686
Caixa Econômica Federal	Programa de Ação Imediata - PAI - SAQUE COMPLEMENTAR	24	72	30.09.78	24 trimest.	-	68.719
TOTAL						113.109	939.478

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Rio-Município

Ao lado deste endividamento cumpre também assinalar as parcelas a fundo perdido já recebidas pelo Município.

ORIGEM	APLICAÇÃO	1975	1976
FUNDREM	Equipamentos radiológicos para o Hospital Municipal Souza Aguiar	10 milhões	—
	Limpeza Urbana (inclusive municípios da Região Metropolitana)	—	15,5 milhões
Estado do Rio de Janeiro	Salário Educação	—	120 milhões
	Recursos para cobertura do déficit orçamentário de 1975.	172,5 milhões	—
Convênio com INPS	Serviços médico-assistenciais	—	42 milhões

O orçamento de 1976 foi equilibrado através de operação de crédito, em caráter excepcional, destacando-se que essa situação não decorreu de simples distorção conjuntural, como se poderia supor, mas da própria estrutura do modelo econômico produzido, cujo comportamento indicou ser inviável, quer o restrito custeio do equipamento urbano, quer novos investimentos, com exclusiva receita municipal.

A análise do conjunto de encargos que foram assumidos pelo Município do Rio de Janeiro, a partir de 1975, no tocante à Saúde e Educação, constitui expressiva mostra dessa situação, que somente deve se agravar com a tendência internacional para a municipalização dos serviços públicos.

A Secretaria Municipal de Saúde tem sob sua responsabilidade 16 unidades hospitalares de medicina curativa, com 2.680 leitos, incluindo 4 importantes Pronto Socorros que são os Hospitais Souza Aguiar, Miguel Couto, Paulino Werneck e Salgado Filho, e mais 36 unidades de medicina preventiva. Esta rede absorve 18% da receita exclusivamente municipal, sendo duas vezes maior que a rede municipal da Cidade de São Paulo, por exemplo.

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, única responsável pelo ensino de 1º Grau na capital cultural do País, possui 42.000 servidores e tinha, no final do exercício de 1976, 800 escolas com cerca de 750.000 alunos. Esta atividade absorve 44% da receita exclusivamente municipal, sendo três vezes maior do que a rede municipal da Cidade de São Paulo e, sem dúvida alguma, ainda apresenta a me-

lhor qualidade de ensino de 1o Grau que se oferece no Brasil, principalmente depois de todas as alterações já realizadas nesta Administração, destacando-se o Censo Escolar e a Lei da Obrigatoriedade Escolar, iniciativas municipais pioneiras neste País.

E as duas Secretarias, juntas, absorvem 62% da receita do Município, fato que, por si só, é suficiente para qualificá-lo como Município atípico, cuja receita normal é insuficiente para atender a seus encargos ordinários.

Outro campo de responsabilidade municipal cujos pesados encargos de custeio cabe analisar é a manutenção da rede viária. Possui o Rio cerca de 8.700 [logradouros, com 3.300 km de extensão, dos quais 30% ainda carentes de pavimentação. Além desta rede, recebeu o ônus da manutenção de 1.100 km de rodovias urbanas, ou seja, um acréscimo de aproximadamente 30%, cuja responsabilidade era do antigo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Guanabara — DER/GB, custeado pelo Fundo Rodoviário e Taxa Rodoviária Única, anteriormente à Fusão. A manutenção e a expansão desta enorme rede constituem, nunca é demais ressaltar, pressupostos básicos para os programas estaduais de Transporte e Segurança, essenciais à melhoria da qualidade de vida — meta da Fusão.

Acresce, ainda, que o comportamento do Município, em sua nova condição de capital do Estado criado e fortalecido pela Fusão, resultou em importante e inquestionável fato: o RIO-MUNICÍPIO passou a crescer mais rapidamente do que o antigo RIO-ESTADO DA GUANABARA. Este crescimento foi e é decorrente, sobretudo, das seguintes causas:

deslocamento para a Cidade, de praticamente todos os órgãos do Governo Estadual, inclusive alguns serviços federais que se localizavam em Niterói;

grandes investimentos governamentais postos em execução, após a Fusão, na área Metropolitana e, particularmente, no próprio Município;

grandes investimentos da iniciativa privada, também após a Fusão, na mesma área.

A resultante dessas componentes pode ser dimensionada pelo aumento, jamais igualado anteriormente, do volume de construções licenciadas pelo Departamento Geral de Edificações, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, no ano de 1975, conforme adiante caracterizado:

**ÁREAS DE CONSTRUÇÕES LICENCIADAS
(RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, POPULARES
E ACRÉSCIMOS)**

ANO	MILHÕES DE METROS QUADRADOS
1971	2,8
1972	3,7
1973	4,4
1974	4,1
1975	5,2

Em relação a 1974 foram iniciadas, em 1975, 25% (vinte e cinco por cento) a mais de construções.

Admitindo-se um critério conservador, pode-se prever que os 5,2 milhões de metros quadrados de construções novas, licenciadas em 1975, estarão concluídos até meados de 1977. A Cidade jamais cresceu tão depressa.

O quadro que se desenha, pois, em tese, é profundamente grave e não deve ser minimizado: o Município que, por suas características e fatos históricos, já não tinha condições de custear os seus encargos comuns com seus insumos fiscais, ora se defronta com a premente necessidade de que as suas receitas cresçam mais rapidamente do que cresciam até o advento do RIO-MUNICÍPIO a fim de prover a ampliação da infra-estrutura urbana, sob pena da qualidade de vida do Carioca ficar comprometida, em proporção inversa ao crescimento originado pela Fusão. A Prefeitura, e incontestável, não poderá deixar de acompanhar esse crescimento urbano com os equivalentes serviços municipais de sua competência, educação, saúde, iluminação pública, pavimentação, e áreas de lazer, entre outros.

A insuficiência de recursos orçamentários e financeiros a partir de 1975, vem sendo reiteradamente apresentada em todos os documentos originários da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, particularmente no tocante aos encargos assumidos nas áreas de Saúde e Educação, e será certo de que os Governos Federal e Estadual, de maneira gradualista, encontrarão uma forma de receita normal para o Município do Rio de Janeiro, capaz de permitir a realização dos investimentos necessários a preservar o padrão e as características da Cidade, até porque a sua deterioração urbanística teria reflexos negativos na própria imagem do País no exterior. Sem dúvida, a atenção que o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado vem dedicando aos problemas do Município, e o apoio que a Fusão está recebendo do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, são as melhores garantias de que os Cariocas continuarão a viver na segunda cidade do Brasil, e capital cultural do País.

PROGRAMA PARA 1977

Diante das condições antes expostas, é que a Prefeitura encaminhou ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, um relatório sobre o comportamento do Município, após o seu primeiro ano de vida, à luz do modelo administrativo definido pelo Grupo de Trabalho da Fusão. Naquela oportunidade, consideradas estimativas preliminares para o exercício financeiro de 1977, foi previsto um *déficit* de Cr\$ 1,6 bilhão.

Em resposta, Sua Excelência, além de comunicar que o total de transferências do Estado, seria Cr\$ 350 milhões superior à previsão do Município, oferecia, também, outra grata notícia: a de que faria transferir Cr\$ 160 milhões da cota do Salário-Educação Federal. Além disso, autorizou a Prefeitura a pleitear, diretamente junto ao Governo Federal, a ajuda necessária, o que vem sendo feito.

Finalmente, recomendou Sua Excelência que, em decorrência da atual conjuntura, a Prefeitura diminuísse "drasticamente" o seu *déficit*, o que foi feito, até o limite de responsabilidade pessoal do Prefeito Marcos Tamoyo.

Tal instrução de Sua Excelência foi rigorosamente observada, conforme adiante demonstrado, com a distribuição da despesa atendida pela receita exclusivamente municipal:

ORÇAMENTO COM RECEITA EXCLUSIVAMENTE MUNICIPAL							Em Cr\$ 1,00	
ÓRGÃOS	PESSOAL E ENC. SOCIAIS		OUTRAS CORRENTES E DE CAPITAL		ORÇAMENTO SEM OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	%
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
GABINETE DO PREFEITO	82.949.798	2,64	32.073.000	2,05	115.022.798	2,44		
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	34.181.151	1,09	29.649.844	1,89	63.830.995	1,35		
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	121.672.794	3,87	55.629.500	3,55	177.302.294	3,76		
SECRETARIA DE FAZENDA	140.929.415	4,48	352.408.000	22,48	493.337.415	10,47		
SECRETARIA DE OBRAS	342.717.785	10,90	374.151.000	23,88	716.868.785	15,21		
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	1.798.587.924	57,19	278.719.000	17,79	2.077.306.924	44,11		
SECRETARIA DE TURISMO	8.592.201	0,27	119.677.000	7,64	128.269.201	2,72		
SECRETARIA DE SAÚDE	615.204.588	19,56	254.717.000	16,25	869.921.588	18,46		
CÂMARA MUNICIPAL	-	-	50.000.000	3,19	50.000.000	1,06		
TRIBUNAL DE CONTAS	-	-	10.000.000	0,64	10.000.000	0,21		
PROCURADORIA GERAL	-	-	10.000.000	0,64	10.000.000	0,21		
TOTAL	3.144.835.656	100,00	1.587.024.344	100,00	4.711.860.000	100,00		

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL.

Rio-Município

Em resumo:		Em Cr\$ 1,00	%
a.	Arrecadada pelo Tesouro	2.537.758,00	53,86
b.	Transferências	2.174.102,00	46,14
TOTAL		4.711.860,00	100,00

Despesa		Em Cr\$ 1,00	%
a.	Pessoal e Encargos Sociais	3.144.835.656	66,74
b.	Juros e Amortização	300.000.000	6,37
c.	Outras correntes	929.129.344	19,72
d.	Despesas de Capital	337.895.000	7,17
TOTAL		4.711.860.000	100,00

Essa distribuição da despesa apresenta o grande inconveniente de conduzir a uma taxa de investimento de apenas 7,17%, valor mais baixo que a Cidade já apresentou desde muitos anos.

Foi para corrigir tal anomalia que a Prefeitura recorreu aos financiamentos, legalmente autorizados, e que proporcionaram a correção da taxa de investimento, situando-o em nível mínimo.

Passa, então, a ser a seguinte a distribuição da receita e despesa:

Receita (operações de crédito autorizadas/realizadas)		Em Cr\$ 1,00	%
a.	Arrecadada pelo Tesouro	2.537.758,00	46,54
b.	Transferência	2.174.102,00	39,87
c.	Operações de Crédito já autorizadas e as realizadas (x)	741.098,00	13,59
TOTAL		5.452.958,00	100,00

(x) valores parciais

Despesas		Em Cr\$ 1,00	%
a.	Pessoal e Encargos Sociais	3.144.835.656	57,67
b.	Juros e Amortização	300.000.000	5,50
c.	Outras Correntes	952.886.941	17,48
d.	Despesas de Capital	1.055.235.403	19,35
		5.452.958.000	100,00

Face a todas as considerações anteriores, a Prefeitura selecionou um elenco mínimo de novas obras e serviços, isto é, os investimentos novos e mínimos julgados indispensáveis ao Rio, para o Exercício de 1977

Tais investimentos são adiante descritos, consideradas as grandes áreas de atuação do Município.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Neste ano letivo terá a Prefeitura, sob sua responsabilidade, uma rede escolar da ordem de 800 escolas e 750 mil alunos, no tocante ao ensino do 1º Grau. Os números parecem bem indicar a dimensão dos encargos a eles relacionados, que absorvem cerca de 45% do orçamento exclusivamente municipal.

Mesmo com tal dimensão, a Cidade do Rio de Janeiro — ainda apresenta a melhor qualidade de ensino oferecida, no 1º Grau, a nível do Brasil.

Deve ser observado que o Município, no País, é o único a arcar com a totalidade dos encargos com o 1º Grau.

A esta rede de ensino, nos dias atuais, registra um *déficit* da ordem de 5.000 professores. Tal fato resulta, certamente, dos baixos salários que são oferecidos aos integrantes do Magistério do 1º Grau, que no início de sua carreira percebem Cr\$ 1.204,09 (hum mil, duzentos e quatro cruzeiros e nove centavos).

Não se tem notícia, ao longo do tempo, no ensino de 1º Grau desta Cidade, de tão elevada falta de professores. E por essa razão, foi incluído no orçamento para 1977, previsão de recursos para contratação, por concurso, dos 5.000 mestres necessários. Tais providências onerarão o Município em Cr\$ 120 milhões.

SAÚDE

Ante o crescimento da população, torna-se indispensável a ampliação da única unidade de Pronto Socorro da Zona Sul, o Hospital Municipal Miguel Couto, que se mantém com a mesma capacidade de atendimento desde 1965.

Para este fim, foram previstos recursos para a construção da nova instalação de emergência, em terreno já desapropriado, e pago pela Prefeitura, na Avenida Bartolomeu Mitre. Os obras deste acréscimo estão orçadas em Cr\$ 50 milhões.

O Hospital Souza Aguiar, Pronto Socorro Municipal que pela sua posição, próxima à Estação D. Pedro II, apresenta suas atividades crescendo continuamente, está a exigir a construção de um bloco com três pavimentos, a fim de abrigar o Centro de Tratamento Intensivo e o Centro Cirúrgico Infantil. O investimento previsto é no valor de Cr\$ 17 milhões.

A medicina infantil necessita ser ativada com obras de recuperação de parte do Hospital Municipal Jesus (único no Município), especializado em medicina infantil. Essas obras têm um custo previsto de Cr\$ 10 milhões de cruzeiros.

URBANIZAÇÃO

Considerando o bloqueio da Rua Uruguaiana pelas obras do METRÔ, além da previsão de sua transformação em rua de pedestres, posteriormente, torna-se indispensável a construção da "Avenida Norte Sul", no trecho entre a Avenida Presidente Vargas e a Rua da Carioca.

Foi previsto ser feito, na metade da largura da pista de rolamento, e sem as passagens elevadas. Para isso, além da parcela de obras, são necessárias desapropriações de imóveis da Rua da Conceição.

Valor deste investimento: Cr\$ 70 milhões.

TRANSPORTE

Atualmente as linhas de ônibus que servem aos bairros cariocas, em não existindo Terminais Regionais, acumulam seus veículos junto ao meio-fio das ruas, estrangulando a circulação, bem como gerando áreas de profunda deterioração urbana. Ao total desconforto, para empregados e passageiros, acresce o suplício dos moradores locais. Pretende-se iniciar a implantação desses Terminais, a começar dos pontos onde já se torna impossível a existência desses "fim de linha".

Para a construção de 4 desses equipamentos, foram previstos Cr\$ 50 milhões.

LAZER

Esta Cidade, na faixa dos 5 milhões de habitantes, não pode retardar mais o início de uma campanha efetiva para a criação de áreas de lazer, com atividades recreativas dirigidas. Neste aspecto, uma comissão de urbanistas e paisagistas municipais, definiu o local mais carente, onde se faz indispensável a construção de um grande Parque no subúrbio, com a área aproximada de 600.000 metros quadrados, para o qual foram previstos recursos destinados a desapropriações e início da construção, no valor de Cr\$ 30 milhões.

Estas áreas de atendimento exigem novos investimentos, considerados mínimos, de Cr\$ 367 milhões ao longo do Exercício de 1977. Os novos investimentos, observado o cumprimento da determinação do Senhor Governador, para a redução do deficit, situam-se nos padrões mínimos aceitáveis pela Cidade.

Considerando todos esses fatos, que vão desde o reduzido montante a investir e sobretudo o seu caráter prioritário, outro recurso não restou qual seja de voltar a depender de nossas operações de crédito, que forçosamente percorrerão os canais oficiais da excepcionalidade.

E mais uma vez, a Cidade necessitará contar com o decidido apoio do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e de sua Excelência, o Governador do Estado, para obtenção de novo empréstimo, no valor de Cr\$ 1.037 bilhão. O quadro demonstrativo a seguir permite apreciar a distribuição dos recursos que deverão ser obtidos, considerada (s) a (s) nova (s) operação (ões) de crédito:

ORÇAMENTO - 1977

Em Cr\$ 1,00

ÓRGÃOS	PESSOAL E ENCAR- GOS SOCIAIS		OUTRAS CORREN- TES E DE CAPITAL		OPERAÇÃO DE CRÉDITO		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
GABINETE DO PREFEITO	82.949,798	2,64	32.073,000	2,05			115.022,798	1,77
SEC. DE PLANEJ.	34.181,151	1,09	29.649,844	1,89	23.757,597	1,34	87.588,592	1,35
SEC. DE ADMINIST.	121.672,794	3,87	55.629,500	3,55	-	-	177.302,294	2,73
SEC. DE FAZENDA	140.929,415	4,48	352.408,000	22,48	-	-	493.337,415	7,60
SEC. DE OBRAS	342.717,785	10,90	374.151,000	23,88	1.516.999,855	85,30	2.233.868,640	34,42
SEC. DE EDUCAÇÃO	1.798.587,924	57,19	278.719,000	17,79	89.399,548	5,03	2.166.706,472	33,39
SEC. DE TURISMO	8.592,201	0,27	119.677,000	7,64	77.800,000	4,38	206.069,201	3,18
SEC. DE SAÚDE	615.204,588	19,56	254.717,000	16,25	70.226,000	3,95	940.147,588	14,49
CÂMARA MUNICIPAL	-	-	50.000,000	3,19	-	-	50.000,000	0,77
TRIBUNAL DE CONTAS	-	-	10.000,000	0,64	-	-	10.000,000	0,15
PROCURADORIA GERAL	-	-	10.000,000	0,64	-	-	10.000,000	0,15
TOTAL	3.144.835,656	100,00	1.567.024,344	100,00	1.778.183,000	100,00	6.490.043,000	100,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

Rio-Município

Em resumo:

RECEITA TOTAL	Em Cr\$ 1,00	%
a. Arrecadação pelo Tesouro	2.537.758.000	39,10
b. Transferências	2.174.102.000	33,50
c. Operações de crédito realizadas	741.098.000	11,42
d. Operações de crédito a realizar	1.037.085.000	15,98
TOTAL	6.490.043.000	100,00

DESPESA TOTAL	Em Cr\$ 1,00	%
a. Pessoal e Encargos Sociais	3.144.835,656	48,46
b. Juros e Amortizações	300.000,000	4,62
c. Outras Correntes	952.886,941	14,68
d. Despesas de Capital	2.092.320,403	32,24
TOTAL	6.490.043.000	100,00

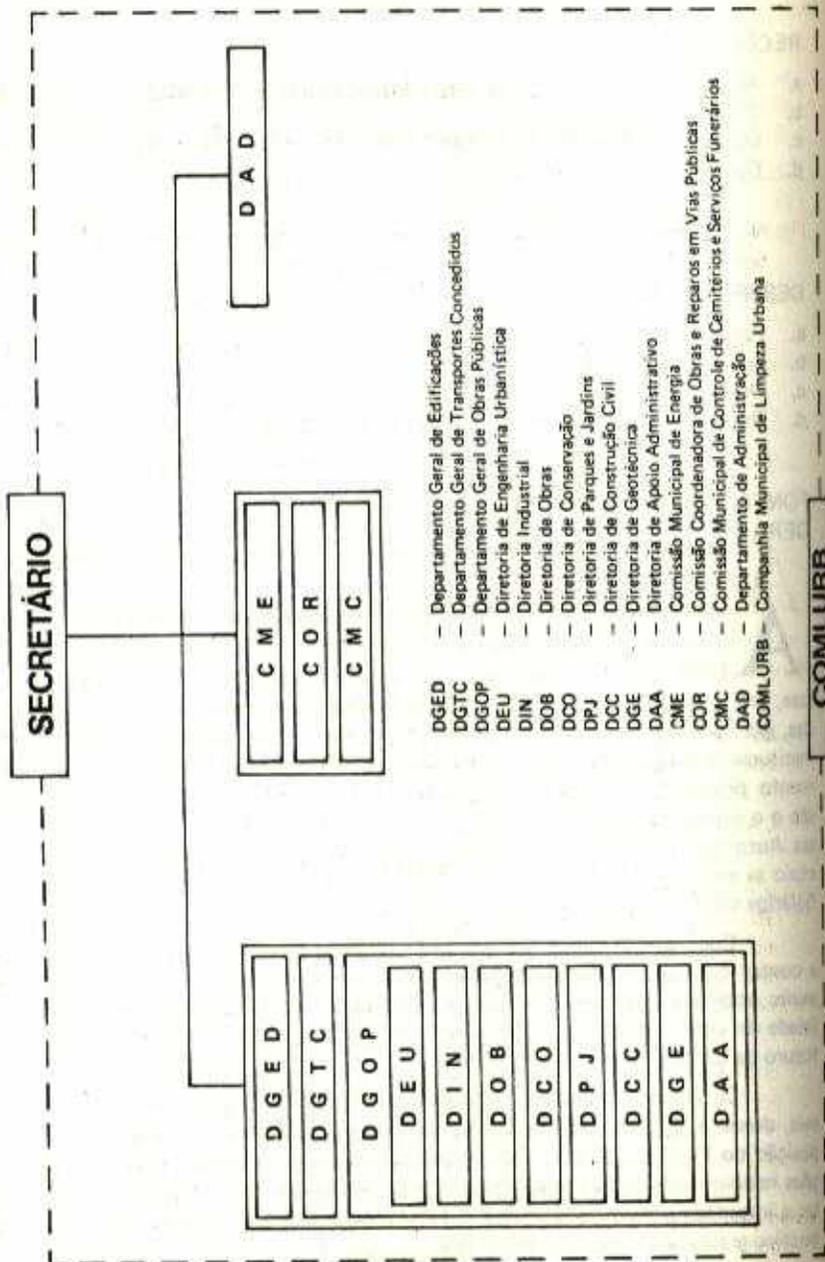
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

As previsões para o novo Estado e o Município do Rio de Janeiro, feitas pelo Grupo de Trabalho da Fusão, durante os meses que antecederam março de 1975, não poderiam ser mais precisas, com os dados conhecidos naquela fase, manipulados por técnicos de reconhecida competência. As flutuações ocorridas, por mais graves que se apresentem, certamente corresponderão os instrumentos institucionais adequados, com os ajustes e as retificações próprias de um planejamento pragmático, soluções que, como sempre, encontrarão o apoio, a compreensão e o espírito público do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, e das altas Autoridade federais responsáveis por esta operação, proporcionando ao Município as condições indispensáveis a alcançar o objetivo do bem público, cujos beneficiários são os Cariocas de todas as procedências e matizes.

Com a instalação da Egrégia Câmara de Vereadores, o Município passa a contar com seu Poder Legislativo, próprio e autônomo. Os Senhores Vereadores muito poderão fazer pela Comunidade, no sentido de preservar e desenvolver a qualidade de vida do Carioca, mais uma razão para se confiar plenamente no grandioso futuro da Cidade do Rio de Janeiro.

Os órgãos da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, em todos os seus níveis, desde a eleição dos Senhores Vereadores, encontram-se informalmente à disposição do Poder Legislativo Municipal, para quaisquer esclarecimentos ou informações relacionados com a atuação do Poder Executivo, procedimento que vem facilitar a interdependência, harmonia e colaboração entre os Poderes que constituem o terceiro grau do federalismo brasileiro.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



SECRETÁRIO: ENG.º ORLANDO FELICIANO LEÃO

SUBSECRETÁRIO: ENG.º RUY PESTANA DE VASCONCELLOS

Nesta matéria dá-se ênfase às realizações da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos que atua em todas as demais na realização das grandes obras do Rio.

AS GRANDES OBRAS DO RIO

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir de 1975, assumiu e desenvolveu suas atividades dentro das atribuições que lhe cabem no processo evolutivo da Cidade do Rio de Janeiro — centro de serviços terciários e industriais — integrando-se ao planejamento na execução de obras e prestação de serviços públicos.

A implantação do METRÔ do Rio de Janeiro tem sido objeto de atenção e estudos especiais. Assim, imediatamente, identificou-se a necessidade de serem revitalizadas extensas áreas marginais à linha prioritária, inclusive dando destinação própria e adequada aos espaços disponíveis, incorporados, pela implantação do METRÔ, ao centro do Rio de Janeiro.

Em síntese, tornaram-se necessárias obras visando ampliar, modificar e humanizar o centro do Rio, inclusive para minimizar o impacto da implantação do METRÔ, objetivos a serem atendidos por extensa programação da Secretaria, que abrange a transformação de vias em ruas de pedestres, a construção de terminais de transporte de superfície, a ampliação de áreas verdes, para isto prevendo-se o reestudo e as modificações dos projetos de alinhamento (PPAA) vigentes.

As obras reivindicadas pelos subúrbios cariocas, ao longo da via férrea, tais como passarelas para pedestres e viadutos, destinadas a atender ruas seccionadas por muros da rede ferroviária, têm sido analisadas com atenção. Conseqüentemente, verificou-se ser indispensável um plano geral, ao longo dessas ferrovias, a fim de integrar importante polos sócio-econômicos situados nos subúrbios da Cidade, desses estudos preliminares resultando serem planejadas diversas passarelas e viadutos, e um parque de lazer, cuja localização está sendo examinada por grupo de trabalho constituído especialmente para esse fim.

Como é evidente, uma Cidade do porte e dimensões com que se apresenta o Rio de Janeiro, marcada por crescimento acelerado, exige permanente conservação e manutenção de seus equipamentos, entre os quais ruas de trânsito, áreas verdes, áreas de lazer, rios e galerias, através de serviços rápidos e eficientes, constantemente ampliados não só para manter sua modernização e elevada qualidade, como para atender à expansão das áreas urbanas.

Assim, no setor de iluminação pública, as diretrizes da Administração consubstanciaram-se na melhoria dos padrões de iluminação da Cidade, especialmente:

- implantação de lâmpadas a vapor de mercúrio nas vias de penetração e em diversos logradouros;
- reformulação dos sistemas de iluminação dos túneis, com lâmpadas de vapor de sódio;
- valorização de monumentos e prédios históricos através de iluminação adequada.

Tem sido dinamizada, sob este aspecto, a substituição de lâmpadas com vida útil ultrapassada, as quais, apesar de consumirem a mesma energia que uma unidade nova, produzem apenas 30% de sua capacidade.

A adoção de um sistema de vias, que permita o aumento de velocidade média de transporte, com a conseqüente redução do tempo gasto pela população nos seus deslocamentos, e economia significativa de combustível, foi abordada sob as seguintes diretrizes:

- alargamento das principais vias de penetração;
- obras de ligações e prolongamentos;
- abertura de vias subsidiárias;
- pavimentação de logradouros e rodovias municipais nas zonas Norte, Suburbana e Rural.

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos deteve-se, ainda, no atendimento de comodidades reclamadas pela população, promovendo a melhoria e ampliação de acervo comunitário, através da implantação de ruas de pedestres, terminais de ônibus, abrigos e passarelas, programação visual, além da revitalização de áreas em iminente deterioração urbana, como Praça Mauá, Madureira e a Rua da Alfândega.

A seguir estão relacionadas as principais atividades desenvolvidas em 1975 e 1976, bem como as programadas para o ano de 1977:

- CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CIDADE

ATIVIDADE

ANO 1975
VALOR
CR\$

Construção e recuperação de
Logradouros Públicos

19.100.000

Rio-Município

Conservação de Rios e Lagoas	15.900.000	
Pequenos reparos em Próprios municipais	2.325.000	
Compras de materiais e equipamentos	29.188.000	
Contenção de encostas (execução de obras de encostas em diversos pontos da cidade, num total de 19)	3.800.000	
Pavimentação e melhoria das condições viárias	29.400.000	
Produção e distribuição de massa asfáltica	107.732	toneladas

ATIVIDADE

ANO 1976

VALOR

CR\$

Construção e recuperação de Logradouros Públicos	60.000.000	
Conservação de rios e galerias pluviais	17.000.000	
Pequenos reparos em Próprios municipais (incluindo reforma em 250 escolas)	15.000.000	
Contenção de encostas (execução de obras de encostas em diversos pontos da cidade num total de 25)	29.000.000	
Produção e distribuição de massa asfáltica (houve a paralização por 3 meses para reforma na unidade produtora)	103.094	toneladas

EM EXECUÇÃO ANO

1977

VALOR

CR\$

ATIVIDADE

Reforma em Logradouros Públicos	4.934.167	
Recuperação, conservação e drenagem em Logradouros	9.626.675	
Pequenos reparos em Próprios - municipais	1.165.000	
Contenção de encostas	9.880.000	
Pavimentação e melhoria das condições viárias	45.500.000	

ATIVIDADE

A EXECUTAR ANO

1977

Construção e recuperação de Logradouros Públicos	
Conservação de rios e galerias pluviais	
Reforma em diversas escolas municipais	
Contenção de encostas	
Pavimentação, melhoria das condições viárias	

II – LIMPEZA URBANA

	ANO 1975
ATIVIDADE	
Coleta domiciliar de lixo	1.920.000 m ³
Remoção lixo (Logradouros Públicos)	828.000 m ³
Varredura (Logradouros Pavimentados)	4.807.000 homens X hora
Capinação e raspagem	17.500 logradouros
Limpeza de feiras: 170 feiras	321.812 homens X hora
Limpeza de ralos	374.000 limpezas
Lavagem	4.591 logradouros
Limpeza de praias	386.352 homens X hora
Aplicação de herbicidas	1.072 logradouros
Construção da estação de transferência (Rua Visconde Duprat, nº 140)	Cr\$ 290.800
	PROJETOS

– Projeto BRA 2.040 (Saneamento do Meio Ambiente no Estado do Rio de Janeiro): confecção do relatório final da área de resíduos sólidos.

Assessoramento aos consultores do Projeto na elaboração do documento relativo ao problema do destino final do lixo no Município do Rio de Janeiro.

	ANO 1976
ATIVIDADE	
Coleta domiciliar de lixo	2.200.000 m ³
Remoção de lixo (Logradouros públicos)	942.000 m ³
Varredura (Logradouros públicos)	4.500.000 homens X hora
Capinação e raspagem	18.500 logradouros
Limpeza de feiras: 170 feiras	305.944 homens X hora
Limpeza de ralos	465.669 limpezas
Lavagem	35.750 logradouros
Limpeza de praias	440.528 homens X hora
Aplicação de herbicidas	2.102 logradouros
Construção, ampliação e reforma de prédios próprios da COMLURB em diversos pontos da Cidade (sedes estações de transferência e oficinas)	6.500.346

PROJETOS

- Projeto executivo do aterro sanitário de Jacarepaguá.
- Projeto do esquema operacional básico do aterro localizado no Km 4.5 da rodovia Rio-Petrópolis.

ANO 1977

PROJETOS

- Projeto de aterro sanitário em área pertencente à Secretaria de Justiça em Bangu.
- Projeto, fornecimento e Montagem do Sistema de Recuperação e Trituração do lixo, a ser montado nas atuais instalações da Usina de Irajá.
- Projeto do aterro Sanitário Metropolitano.
- Estudos com lixo triturado.
- Gaseificação dos resíduos urbanos.

III - ILUMINAÇÃO PÚBLICA

ATIVIDADE	ANO 1975 VALOR CR\$
Iluminação em 21 Logradouros com comprimento de rede de 30 Km e 1900 luminárias	9.880.000
Iluminação em 216 logradouros com comprimento de rede de 149 Km e 8.622 luminárias	ANO 1976 71.864.800
Iluminação dos principais corredores de tráfego num total de 9 logradouros	EM EXECUÇÃO ANO 1977 23.368.802
Iluminação de túneis	4.613.458
Iluminação dos principais corredores de tráfego e túneis da Cidade	A EXECUTAR ANO 1977

IV - ÁREAS VERDES E DE LAZER

ATIVIDADE	ANO 1975 VALOR CR\$
Tratamento paisagístico em diversos Logradouros	9.000.000
Conservação de parques e área ajardinadas	19.700.000
Preservação e exposição da fauna	2.707.500
	ANO 1976
Acréscimo e reforma na sede da diretoria no Campo de Santana	1.107.000
Tratamento paisagístico de logradouros	9.400.000
Conservação de parques e áreas ajardinadas	10.000.000

Rio-Município**EM EXECUÇÃO 1977**

Implantação de parques públicos	2.700.000
Tratamento paisagístico de logradouros	2.400.000
Conservação de parques e áreas ajardinadas	8.700.000

A EXECUTAR 1977

Implantação de parques públicos
Tratamento paisagístico de logradouros
Conservação de parques e áreas ajardinadas

V – OBRAS RODOVIÁRIAS E URBANIZAÇÃO

ATIVIDADE	ANO 1975 VALOR CR\$
Obras em diversos pontos da malha Rodoviária Municipal entre outras (Túnel Frei Caneca-Riachuelo, Duplicação da Av. São Francisco Xavier)	54.900.000

OBRAS DE URBANIZAÇÃO (Praça XV. Av. Niemeyer, Praia de Botafogo, Rua do Ouvidor, Morro do Pasmado, Urbanização de diversas ruas no centro da Cidade, Orla da Lagoa Rodrigo de Freitas)	99.000.000
---	------------

ATIVIDADE	ANO 1976 VALOR Cr\$
OBRAS RODOVIÁRIAS (entre outras: duplicação da Estrada Intendente Magalhães, pavimentação e recuperação da Av. Sernambetiba, alargamento da Rua Xavier Curado, obras de drenagem e pavimentação da Cidade Nova e na Via Paralela à Av. Presidente Vargas)	44.591.038

OBRAS DE URBANIZAÇÃO (Túnel Frei Caneca-Riachuelo, ligação Botafogo-Santo Cristo, duplicação da Av. São Francisco Xavier, Cais da Lagoa Rodrigo de Freitas)	146.001.742
--	-------------

EM EXECUÇÃO 1977

OBRAS RODOVIÁRIAS (Av. Litorânea, duplicação da Av. Sernambetiba e da Estrada Intendente Magalhães)	42.800.000
--	------------

Rio-Município

OBRAS DE URBANIZAÇÃO

(Construção do cais da Lagoa
Rodrigo de Freitas e Ministro Edgar Romero)

30.586.944

**OBRAS PROGRAMA-
DAS EM 1977**

OBRAS RODOVIÁRIAS

Duplicação da Estrada dos Bandeirantes,
melhoramentos na Estrada Grajaú-
Jacarepaguá, pavimentação da Estrada da
Covanca)

ATIVIDADE

OBRAS DE URBANIZAÇÃO

(Av. Canal do Rio Maracanã, Marina do
Parque do Flamengo, ligação Botafogo-
Santo Cristo, plano de urbanização da
Cidade Nova, conclusão da urbanização
da orla da Lagoa Rodrigo de Freitas, Av.
Norte-Sul, Canal do Quitungo, Galerias na
Lagoa Rodrigo de Freitas)

VI – OBRAS NA ÁREA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

ATIVIDADE

Ampliação e reforma de 38 unidades
escolares

Construção de 9 unidades escolares

Recuperação do Pavilhão Japonês

ANO 1975

VALOR

CR\$

13.700.000

39.700.000

140.000

ANO 1976

Ampliação e reforma de 18 unidades escolares

44.700.000

EM EXECUÇÃO ANO

1977

Ampliação e reforma de 15 unidades escolares

44.686.000

Construção de 26 unidades escolares

164.741.000

VALOR CR\$

Ampliação e reforma de unidades culturais

1.820.000

Rio-Município**A EXECUTAR ANO
1977**

Ampliação e reforma de 25 unidades escolares
Construção de uma unidade escolar
Ampliação e reforma de 8 bibliotecas

VII – OBRAS NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA**ANO 1975
VALOR
CR\$**

Construção de 7 centros médico-sanitários
Reforma e ampliação de unidades hospitalares

**12.775.000
10.000.000****ANO 1976**

Reforma e ampliação de unidades
hospitalares (Hospitais: Miguel Couto,
Salgado Filho, Arthur Vilaboim)
Central de Roupas e Instituto Municipal
de Medicina Veterinária

10.840.000**ATIVIDADE**

Construção de novas unidades nos Hospitais:
Souza Aguiar, Salgado Filho, Paulino Werneck,
Miguel Couto e Centro Médico-Sanitário de Irajá.

36.803.000**EM EXECUÇÃO ANO
1977**

Reforma Hospital Municipal Jesus

3.800.000**A EXECUTAR ANO
1977**

Ampliação e reforma do Instituto de
Gerontologia e Geriatria e do Hospital
Municipal Jesus
Construção do Bloco de Emergência do
Hospital Miguel Couto

**VIII – CONSTRUÇÃO DE PRÓPRIOS MUNICIPAIS
PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS****ANO 1975
VALOR
Cr\$****ATIVIDADE**

Reforma de prédios e instalações para abrigar
a Administração Municipal

11.900.000

Rio-Município

	ANO 1976
Reforma de Próprios Municipais	7.000.000
Construção do Centro Administrativo (Cidade Nova)	50.757.000
	EM EXECUÇÃO 1977
ATIVIDADE	VALOR CR\$
Reforma e ampliação de Próprios Municipais	6.780.000
Construção de Centro Administrativo	52.000.000
	A EXECUTAR 1977
Construção do Centro Administrativo	
PRÉDIOS ESPECIAIS	
AUTÓDROMO	
	ANO 1975
ATIVIDADE	VALOR Cr\$
Autódromo (Muros, bilheterias, pavimentação, drenagem e serviços diversos)	34.500.000
	ANO 1976
Autódromo (Torre de controle, aterro hidráulico e fundações para arquibancada)	20.970.000
	EM EXECUÇÃO 1977
Autódromo (conclusão de serviços iniciados em 1976 e ainda defensas metálicas, acessos para arquibancadas, tratamento paisagístico)	60.000.000
Autódromo (fornecimento e distribuição de energia elétrica, som, sinalização, telefonía, rede de alimentação de água, estacionamento público, tratamento paisagístico)	

IX – TRANSPORTES PÚBLICOS

ANO 1975

ATIVIDADE

- Verificação de 85 linhas de ônibus
- Levantamento em 129 linhas de ônibus
- Aprovação de 23 plantas de carrocerias
- Vistorias em vias – 6
- Análise de itinerários – 111
- Aumento de frota: análise de 40 pedidos
- Ação administrativa na revisão de pedidos tarifários

ANO 1976

- Implantação dos táxis de luxo.
- Implantação de novo modelo de registro

- do recibo mensal de operação (RMO) –
- Levantamento global de itinerários tendo em vista a racionalização de transporte coletivo

EM EXECUÇÃO ANO 1977

- Redução do nº de ônibus no Centro da Cidade
- criação de linhas diametraes
- Estudos para processar eletronicamente os RMO.

A EXECUTAR ANO 1977

- Complementação do sistema de áreas seletivas
- Táxis-Lotação.

X – LICENCIAMENTO DE EDIFICAÇÕES

ANO 1976

ATIVIDADE

Alvará concedidos	38.900
Habite-se	15.900
Autos de Infração	1.800
Arrecadação em taxa de obra	Cr\$ 30.000.000
Fiscalização em elevadores	1.000
Termos	500
Remembramento e Desmembramento	900
Projetos de loteamento aprovados	50
Projetos de alinhamento	950

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme se verifica nesta análise global de suas atividades, constitui-se no órgão dinamizador da Prefeitura Municipal, porque além das realizações inerentes a suas finalidades próprias, de núcleo de obras e serviços públicos, tem a responsabilidade de prover a infraestrutura material para o funcionamento de todas as demais Secretarias.

No ano de 1978, com a execução do Plano Urbanístico do Rio de Janeiro **PUB-RIO** - de certo terá a **SMO** uma grande responsabilidade na consolidação do Rio-Município. O **PUB**, que já está sendo editado, representa uma das grandes realizações da Secretaria Municipal de Planejamento e plataforma para o êxito da Administração do Prefeito Marcos Tamoyo.

A Cidade do Rio de Janeiro, capital do Estado do Rio de Janeiro e polo de irradiação da Região Metropolitana do Grande Rio, recebe do processo da Fusão - a mesma importância que sempre teve em toda sua história, acrescida pelo apoio constante do Excelentíssimo Senhor Governador Faria Lima e pelo zelo e a dedicação já demonstrados pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Ernesto Geisel.

*Dados fornecidos pela Assessoria de Comunicação Social
da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.*

*Fontes: Mensagem do Prefeito Municipal do Rio de Janeiro à Câmara dos Vereadores
Relatório-Programa de Ação 1976/77 da SMO*